

RFB inaugura delegacia de maiores contribuintes e ANFIP-MG participa da solenidade

A Receita Federal do Brasil (RFB) inaugurou, em dezembro, a Delegacia Especial de Maiores Contribuintes Pessoa Física em Belo Horizonte (Demac/BH). Representantes da ANFIP-MG estiveram presentes na solenidade de inauguração da unidade, que é um marco na atuação da RFB no combate à sonegação. Ela terá sede em Belo Horizonte, mas sua jurisdição será sobre todo o país, assim como as Demac's Pessoa Jurídica estabelecidas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

(Página 3)



ANFIP-MG participa de debate contra a MP 507

Representantes da ANFIP-MG estiveram presentes ao seminário "MP 507 - Protege o Cidadão ou Emperra a Administração Pública?", que foi realizado em Brasília, em dezembro. Na ocasião deputados demonstraram apoio à rejeição da medida.

(Página 3)

Em Foco



O Fiscal traz nesta edição a Delegacia da RFB em Sete Lagoas

Saiba como é a estrutura da unidade, que possui enorme potencial de arrecadação devido ao número de grandes contribuintes instalados na região por ela abrangida. Veja também o resultado de uma ação fiscal que serviu de referência para toda a RFB.

O delegado Antônio Carlos Alves Vasconcelos recebeu a reportagem de **O Fiscal** para falar sobre sua unidade.

Páginas 4 e 5

Pai de associada revela história de superação

Célio Martins do Nascimento, pai da associada Maria Áurea do Nascimento, é exemplo de como a vontade de viver bem pode incentivar a superação dos problemas

que, inevitavelmente, em algum momento da vida temos que enfrentar. No seu caso também foi fundamental o apoio e o carinho da família.

(Página 6)



Leia também nesta edição

Editorial

- As perspectivas do ano de 2011 à luz do novo governo.
- Desafios da vice-presidência de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais

(Página 2)

ANFIP-MG obtém êxito em ação contra a União

Advogado se reuniu com presidente e vice-presidentes do Conselho Executivo para apresentar peças do processo referente à incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, na qual a entidade obteve ganho na sentença de mérito.

(Página 3)

Transferência de processos para SAMF modifica procedimento de recadastramento de aposentados e pensionistas

(Página 7)

Licença-prêmio não usufruída pode ser convertida em pecúnia para aposentados

(Página 7)

Festa Natalina 2010 da ANFIP-MG no interior e da DS/BH

(Página 8)

▶ Editorial

O panorama e desafios políticos de 2011

A perspectiva para 2011 não é como em outro ano qualquer. Afora a expectativa inarredável que todo novo ano carrega – o começo de outro ciclo com todas as promessas de mudanças –, essa retoma a ocasião extraordinária da troca de governo em âmbito federal, que ocorre a cada quadriênio. E mais: traz todo o simbolismo da eleição da primeira mulher presidente na história do país. Uma mulher que terá pela frente inúmeros desafios.

Como 2011 parece acenar para um período de ajustes, vêm à tona debates já iniciados, que não lograram êxito em suas resoluções. É o caso da criação

da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), cujo Projeto de Lei (PL nº 1.992), que regulamenta o regime de previdência complementar dos servidores federais titulares de cargo efetivo, está com tramitação parada na Câmara dos Deputados desde 2007. Com o intuito de fazer um governo que garanta o desenvolvimento econômico, enxugue o gasto público e coloque as contas em ordem, a presidente empossada, Dilma Rousseff, terá esse obstáculo, uma vez que a medida não é vista com bons olhos pela categoria.

Por outro lado, a presidente

assumiu durante a campanha eleitoral e em seus pronunciamentos após a posse o compromisso de levar à excelência o funcionalismo público, pois “quem defende um Estado meritocrático e profissional não pode aceitar que as carreiras não sejam fortalecidas”, afirmou. Ter um Estado forte e bem estruturado é sustentação fundamental ao crescimento do país. Nesse sentido, espera-se que não se exclua do fortalecimento do setor público a garantia de que ele seja melhor remunerado e que o desenvolvimento da área social permaneça, sobretudo na questão da seguridade social.

Por enquanto, tudo ainda está no plano das promessas eleitorais. Cabe às entidades representantes dos interesses dos servidores, notadamente dos auditores-fiscais, e à própria classe, manifestar seus interesses para não permitir que sejam tomadas decisões prejudiciais à categoria, sem, contudo, afiançar percalços ao desenvolvimento sustentável do país. É essa a conduta da ANFIP-MG, cujo quadro de associados é em sua maioria composto por mulheres, que, a exemplo da nova presidente, cada vez mais, tornam imperativos seu talento e força. É nesta linha que pensamos atuar no ano que se inicia.

▶ VP de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais

Atuação na assistência e melhoria da vida social dos associados

Uma das mais requisitadas pelos associados, que em sua maioria já se aposentaram, a vice-presidência de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais tem a competência de supervisionar a execução de toda a política assistencial da Associação.

É seu dever dar assistência aos aposentados e pensionistas sempre que solicitada. Nesse sentido, acreditamos que é um desafio muito grande estar à frente dessa VP, pois ela representa o elo entre os associados e o desembaraço dos trâmites

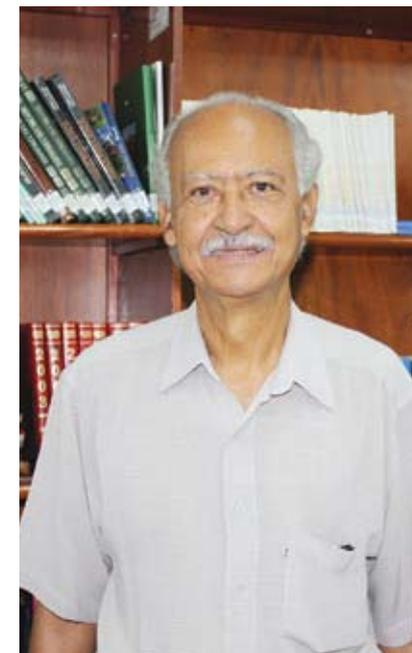
relacionados à aposentadoria, pensão etc. É a VP que mantém o acompanhamento dos processos e assuntos de interesse individual dos associados junto à administrativos, inclusive em pleitos judiciais.

Também é papel da VP coordenar o sistema de seguro em grupo quando há intermediação da Associação – é o caso da Unimed, Previclub, entre outros.

Mas a vice-presidência é ciente de que é necessário atuar de forma integrada com as demais VP's, no intuito de

prestar o melhor atendimento aos associados. E é isso que temos feito. Sempre que somos solicitados tentamos atender aos anseios dos colegas. Existe um esforço muito grande para que sejam apresentados projetos que tragam melhoria à sua vida social, como formas de lazer diversificadas.

Esperamos fazer mais neste ano que se inicia. E em tudo que envolva a assistência aos aposentados e pensionistas, estaremos dispostos a atuar de forma decisiva para trazer cada vez mais benefícios aos colegas.



Minervino Alves de Oliveira
Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais



Órgão Informativo da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal de Minas Gerais - ANFIP-MG
Fundador: Benedito César

Conselho Executivo da ANFIP-MG

Titulares
Afonso Ligório de Faria
Presidente
Ana Maria Morais da Silva
Vice-Presidente
Jésu de Oliveira Magalhães
Vice-Presidente Administrativo
Marcos Nilton de Lima
Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio
Carlos Roberto Bispo

Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional
Maximiliano Fernandino
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos
Ilva Maria Franca Lauria
Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas
Minervino Alves de Oliveira
Vice-Presidente de Apos. e Pens. e Serviços Assistenciais
Sineida Ribeiro Sales
Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais
Suplentes
Geraldo Márcio Secundino – 1º Suplente
Nelson Madalena Penitente – 2º Suplente
Cloves Francisco Braga – 3º Suplente
Pedro Celso da Silva – 4º Suplente
Alberto Benhur – 5º Suplente

Conselho Fiscal
Titulares
Lúcio Avelino de Barros – Presidente

José Romualdo Quintão – Coordenador
José Lamacié Ferreira – Relator
Suplentes
Adelmo França Malta – 1º suplente
Paulo Pinto Coelho – 2º suplente
Nilo Moreira Pinto – 3º suplente
Representantes da ANFIP-MG
Wânia de Fátima Paiva Pimentel (Belo Horizonte)
Gabriel da Silva Neto (Contagem)
Lázaro Idino Bagliano (Coronel Fabriciano)
Sandra Godinho Santiago (Divinópolis)
Lázaro Idino Bagliano (Governador Valadares)
Evandro José Ribas de Souza (Juiz de Fora)
Elsa GERALDA dos Santos Zaidan (Juiz de Fora)
Cecília Buzzelli dos Santos (Juiz de Fora)
Albertina Maria Fonseca (Sete Lagoas)
Luiz Roberto Aguiar (Uberaba)
Inês Rodrigues Calil Daher (Uberlândia)
Cloves Francisco Braga (Uberlândia)
Maria Regina de Souza Felizardo (Varginha)

Conselho Editorial
Afonso Ligório de Faria, Carlos Roberto Bispo, Ilva Maria Franca Lauria, Jamir Campos de Cerqueira
Jornalista responsável: Giuliano Peixoto (Reg. Prof. MG 15069 JP)
Fotos: Giuliano Peixoto e Ilva Maria Franca Lauria
Programação Visual: Sygno Design Gráfico
(31) 3485-3082 / e-mail: sygnoart@uaigiga.com.br
Tiragem: 1.300 exemplares
Endereço para correspondência:
● Rua Carijós, 150, 7º Andar
Cep: 30120-060 - Belo Horizonte-MG
● Tel: (31) 3201-3582
● Fax: (31) 3201-4829
● e-mail: anfipmg@terra.com.br
● www.anfipmg.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da Anfip-MG

ANFIP-MG participa da inauguração da Demac/BH

Representantes da ANFIP-MG estiveram presentes na cerimônia de inauguração da Delegacia Especial de Maiores Contribuintes em Belo Horizonte – Demac/BH, que ocorreu no dia 29 de dezembro, no prédio da DRF/BH, onde funcionará a delegacia.

Entre os participantes da ANFIP-MG estavam o presidente do Conselho Executivo, Afonso Ligório de Faria, e os vice-presidentes Ilva Franca Lauria, Marcos Nilton de Lima e Minervino Alves de Oliveira, além de associados da entidade e outras autoridades da RFB.

Na solenidade, o então secretário da RFB, Otacílio Cartaxo, o superintendente da 6ª Região Fiscal da RFB, Hermano Lemos Avellar Machado, a delegada da RFB em Belo Horizonte, Regina Célia Batista Cordeiro, e o delega-



Superintendente Hermano Machado e secretário Otacílio Cartaxo inauguram Demac/BH

do da Demac/BH, Eugênio Cota Guimarães, falaram sobre a importância da criação da delegacia, os desafios que serão enfrentados para gerenciar o trabalho da unidade, que terá jurisdição sobre todo o país, e destacaram o potencial da equipe formada para desenvol-

ver as atividades a ela inerentes. O secretário ainda fez um balanço da atuação da RFB durante o ano de 2010.

A Demac/BH

A criação da Demac/BH é fruto da necessidade da RFB em ter uma unidade especializada na identificação, fiscalização e combate ao planejamento tributário abusivo praticado por maiores contribuintes pessoa física em todo o país, com o propósito de evitar o pagamento de tributos.

Entre as práticas que serão investigadas pela Demac/BH cons-

tam distribuições de lucros sem lastro financeiro em contabilidades; o planejamento envolvendo empresas situadas no exterior, como remessas irregulares; interposição fraudulenta de pessoas; e simulação de doações para evitar apuração de ganhos de capital, entre outras.

A delegacia contará com 90 servidores, entre eles 73 auditores-fiscais, dos quais 38 desenvolverão suas atividades remotamente, nas unidades onde estão lotados, em todo o país. Além disso, terá uma Divisão de Fiscalização com três equipes, uma Divisão de Seleção e Programação da Ação Fiscal e um Serviço de Pessoal, Logística, Tecnologia e Segurança da Informação. O conhecimento adquirido com o trabalho que será desenvolvido pela delegacia servirá de referência para as outras unidades da RFB.

ANFIP-MG obtém sentença favorável em ação sobre terço de férias

A ANFIP-MG realizou em dezembro reunião com advogado do escritório que ajuizou ação da entidade contra a União, referente à incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, sob o nº 2007.34.00.031326-4.

Na ocasião, o advogado apresentou peças processuais relativas ao processo, cuja sentença de mé-

rito foi favorável à Associação. Com o resultado, falta agora serem feitos os cálculos dos valores para o ajuizamento das ações de execução.

Estiveram presentes na reunião o presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, e os vice-presidentes Ana Maria Moraes da Silva, Maximiliano Fernandino e Minervino Alves de Oliveira, além do advogado.

ANFIP-MG estreita relação com Aliança Administradora

Empresa parceira inaugurou a filial em Belo Horizonte e a Associação compareceu ao coquetel de comemoração

A Aliança Administradora de Benefícios de Saúde, que disponibiliza planos de saúde aos auditores-fiscais de Minas Gerais, inaugurou em dezembro a sua filial em Belo Horizonte. O presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, compareceu à solenidade de inauguração para prestigiar a parceria de sucesso entre a entidade e a administradora.

A diretoria da Unimed-BH também esteve no coquetel de inauguração. O presidente Helton Freitas foi um dos que participaram da cerimônia de abertura do laço, oficializando o início da filial da Aliança Administradora em Belo Horizonte. O coquetel também contou com a presença de outras entidades parceiras da administradora e ainda com a diretoria da matriz, localizada em Brasília.

A relação da ANFIP-MG com a Aliança

A parceria com a Aliança Administradora já existe há pouco mais de seis meses. Por meio dela os associados da ANFIP-MG têm o direito de contratarem planos da Unimed-BH com vantagens exclusivas. Todos os planos disponíveis estão de acordo com a Lei nº 9.656/98 e, portanto, oferecem muito mais procedimentos cobertos que os planos antigos e todos sem limites de utilização.



(Da esq. para a dir.) Representantes da Unimed-BH, Zilma Santos, Paulo Figueiredo, Silésia Vilarino e o presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Faria

Além de preços especiais, para garantir o direito de escolha, o beneficiário pode optar por planos com ou sem coparticipação. Nos planos com coparticipação a mensalidade é menor e o beneficiário só terá que pagar valores extras, fixos, quando algum procedimento for realizado. O beneficiário pode optar pelo plano Unifácil Flex Coparticipativo Regional, com cobertura ambulatorial e hospitalar em 23 cidades de Minas Gerais. Outra opção são os planos Unipart Flex Estadual ou Unimax Estadual, que têm cobertura em todo o estado. Em qualquer um dos planos oferecidos, o beneficiário tem direito a atendimentos de urgência e emergência em todo o Brasil.

Serviços opcionais também estão disponíveis para os associados da ANFIP-MG. No ato da adesão ao plano de saúde, o beneficiário poderá contratar planos odontológicos, da Rede Dental ou da Odontoprev, e também o serviço de transporte aeromédico.

Debate ratifica rejeição à MP 507

O Sindifisco realizou no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 15 de dezembro, o seminário “MP 507 – Protege o Cidadão ou Emperra a Administração Pública?”. No evento, que contou com o apoio da ANFIP, estiveram presentes, representando a ANFIP-MG, os vice-presidentes Carlos Roberto Bispo e Ilva Maria Franca Lauria e, representando a DRF/BH, a associada da ANFIP-MG Wânia Pimentel.

Fizeram parte da mesa de abertura, entre outras autoridades, o presidente do Sindifisco, Pedro Delarue, e o presidente da ANFIP, Jorge Cezar Costa.

No seminário, participantes debateram os efeitos negativos da MP no trabalho de fiscalização e a pretensão da classe fiscal em rejeitar a medida.

Nessa linha fizeram coro na tribuna os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP); Eduardo Valverde Araújo Alves (PT/RO);



Ilva Lauria, Carlos Bispo e Wânia Pimentel representam ANFIP-MG no seminário

Ivan Valente (PSOL/SP); Maria do Socorro Jô Moraes (PcdoB/MG); e João Eduardo Dado Leite de Carvalho (PDT/SP), além de outros que enviaram mensagens de apoio aos auditores-fiscais que estão mobilizados na defesa do interesse público do combate à sonegação e contra as amarras criadas pela MP.

O deputado federal eleito para a próxima legislatura e auditor-fiscal, Amauri Teixeira (PT/BA), também esteve presente e se pronunciou contra a MP 507, defendendo que ela não seja votada e perca a eficácia.

Potencial elevado e êxito em ações fis

A Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) em Sete Lagoas apresenta enorme potencial devido ao número de grandes contribuintes da região que influenciam bastante na arrecadação. É o que informa o delegado da unidade, Antônio Carlos Alves Vasconcelos, em entrevista concedida ao **O Fiscal** no dia 30 de dezembro de 2010.

Com quatro agências vinculadas e abrangência sobre 77 municípios (**veja o quadro abaixo**), a delegacia possui a sexta arrecadação da 6ª Região Fiscal da Receita Federal. O acumulado até novembro superou a casa de R\$1,7 bilhão.

A maior concentração de empresas e habitantes se encontra sob jurisdição da agência de Pedro Leopoldo. Só em Santa Luzia, que

pertence àquela agência, são mais de 380 mil habitantes, do total de cerca de 1 milhão de habitantes abrangidos pela DRF.

De acordo com Antônio Carlos, a região não possui um carro-chefe na arrecadação, mas a indústria metalúrgica tem boa representatividade – como os guseiros –, ao mesmo tempo em que também apresentam números consideráveis empresas do porte de Ambev, Iveco, a matriz do Café 3 Corações na região de Pedro Leopoldo e até mesmo prefeituras, que em alguns casos estão entre as maiores arrecadações. Além disso, compõem a arrecadação muitas siderúrgicas em Várzea da Palma, mineradora de ouro em Paracatu, indústria de cachaça voltada para exportação na região de Curvelo e a (maior de todas) unidade da

O delegado da DRF/Sete Lagoas



Antônio Carlos Alves Vasconcelos formou-se em engenharia mecânica pela Universidade de Itaúna e logo depois que terminou um estágio na Mannesman, por sugestão de seu pai, que já trabalhava na Receita, ingressou no órgão, em 1982. Iniciou suas atividades na área de tributação, mas durante sua trajetória teve a oportunidade de trabalhar em diversas áreas. Da tributação foi para a fiscalização e, na sequência, foi chefe da fiscalização – de 1984 a 1989.

Posteriormente, trabalhou durante dois anos na chefia de arrecadação, antes de assumir a então Delegacia de Curvelo. Ficou por lá mais de 10 anos

(de 1996 a 2007). Saiu porque a delegacia foi transformada em agência.

Quando o cargo para delegado em Sete Lagoas ficou vago, participou de concurso de seleção interna, no qual foi aprovado, assumindo a delegacia em dezembro de 2009.

Antes disso, auxiliou o antigo delegado, Leonardo Muinhos de Paula, no processo de fusão entre as Receitas Previdenciária e Fazendária. Ficou responsável por fazer a transferência de todo o patrimônio que pertencia a duas das agências da delegacia de Curvelo, que haviam sido fechadas, para a delegacia de Sete Lagoas.

Área de abrangência da Delegacia

DRF/Sete Lagoas

Araçá,
Baldim,
Cachoeira da Prata,
Caetanópolis,
Cordisburgo,
Fortuna de Minas,
Funilândia,
Inhaúma,
Jequitibá,
Paraopeba,
Prudente de Morais
Santana de Pirapama.

Obs:

No novo Regimento que saiu na no final de dezembro foi criada Agência em Pirapora que vai ter as cidades de Lassance, Buritizeiro e Várzea da Palma agregadas a ela e irão pertencer à DRF de Montes Claros.

ARF/Paracatu

Bonfinópolis de Minas,
Buritis,
Cabeceira Grande,
Dom Bosco,
Guarda-Mor,
João Pinheiro,
Natalândia,
Unai,
Uruana de Minas.

ARF/Diamantina

Angelândia,
Aricanduva,
Capelinha,
Carbonita,
Chapada do Norte,
Couto Magalhães de Minas,
Datas,
Felício dos Santos,
Gouveia,

Itamarandiba,
Leme do Prado,
Minas Novas,
Presidente Kubitschek,
Santo Antonio do Itambé,
São Gonçalo do Rio Preto,
Senador Modestino Gonçalves,
Serra Azul de Minas,
Serro,
Turmalina,
Veredinha.

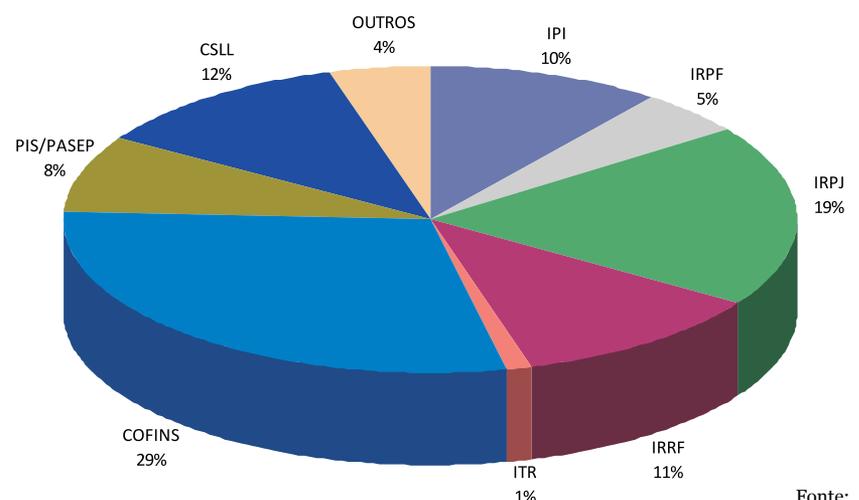
ARF/Pedro Leopoldo

Alvorada de Minas,
Capim Branco,
Conceição do Mato Dentro,
Confins,
Congonhas do Norte,
Jaboticatubas,
Lagoa Santa,
Matozinhos,
Morro do Pilar,
Ribeirão das Neves,
Santa Luzia,
Santana do Riacho,
São José da Lapa,
Taquaraçu de Minas,
Vespasiano.

ARF/Curvelo

Augusto de Lima,
Brasilândia de Minas,
Buenópolis,
Buritizeiro,
Corinto,
Curvelo,
Felixlândia,
Inimutaba,
Joaquim Felício,
Lassance,
Monjolos,
Morro da Garça,
Pirapora,
Presidente Juscelino,
Santo Hipólito,
Três Marias,
Várzea da Palma.

Arrecadação por tributos da DRF/Sete Lagoas



Fonte:
DRF/Sete Lagoas

Atuais caracterizam a DRF/Sete Lagoas

Votorantin, em Três Marias.

A DRF em Sete Lagoas conta com 110 servidores, dos quais 36 são auditores-fiscais, 37 analistas e 37 administrativos. Para o delegado, a unidade necessita de mais servidores para melhorar suas atividades, sobretudo pela grande demanda de processos judiciais. “O pedido de incrementar o número de servidores é permanente. Levamos à Superintendência essa necessidade e eles têm estudos, mas ficam, obviamente, limitados aos concursos, tanto externos quanto de remoção, para alocar mão-de-obra”, argumenta Antônio Carlos.

A delegacia possui seções correspondentes às características das unidades de seu porte (**veja o quadro**) e conta ainda com um Grupo de Ação Judicial (GAJ), vinculado diretamente ao gabinete, uma equipe de seleção e preparo da ação fiscal, dentro da Seção de Fiscalização (Safis) e uma equipe dentro da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort), que é especializada em parcelamentos previdenciários e fazendários, cujo número de processos é muito grande.

Resultados, projetos e capacitação dos servidores da DRF/Sete Lagoas

A arrecadação da delegacia teve variação crescente ao longo do ano. O crescimento ficou em média cerca de 3% em relação ao ano anterior, acumulados até novembro.

De acordo com o delegado Antônio Carlos, nas ações fiscais a meta do número de contribuintes foi ultrapassada e a delegacia fez uma ação em determinada empresa que logrou quase meio bilhão de crédito tributário. “Esta ação foi tão bem feita que R\$220 milhões foram recolhidos à vista, sem contestação”, comemorou. “Foi um lançamento em cima de uma estratégia que algumas grandes empresas adotam, chamada incorporação às avessas, quando criam filiais dentro da própria estrutura e depois fazem reavaliação das ações das ‘empresas’ desse grupo, em função do lucro. Mas a empresa é uma só”. Posteriormente ela paga o ágio em função da reincorporação dessas filiais e abate na despesa para reduzir o imposto de renda, completou. Devido a essa ação a Superintendência da RFB na 6ª Região Fiscal convidou a Safis da delegacia para explicar no órgão



Seção de Fiscalização (Safis)



Grupo de Ações Judiciais (GAJ)



CAC da DRF/Sete Lagoas



Sala de videoconferência



Prédio onde funciona a DRF/Sete Lagoas, localizado à Av. Dr. Renato Azeredo, 533

central como foi feito o trabalho, o que serviu de padrão para outras fiscalizações. “Isso nos deixou bastante satisfeitos com nossa equipe”, ressaltou o delegado.

O treinamento dos servidores é feito basicamente em função da oferta de cursos pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), exceto quando existe al-

guma demanda específica e o curso é comprado no mercado, a exemplo do que aconteceu no ano passado, quando foram comprados treinamentos para a Seção de Programação e Logística (Sapol), que sofrera alteração na estrutura com a recomposição de novos servidores. “Existem muitas opções de ensino à distância (EAD) na Esaf. Nós estimulamos os servidores a fazerem esses cursos, pois o custo é reduzido”, destacou Antônio Carlos.

Em termos de projetos, a DRF de Sete Lagoas está para conseguir um terreno para construção da sede própria. “A prefeitura tem um terreno no centro que foi objeto de uma disputa judicial a qual ela perdeu. O processo está adiantado. Eu estava com a esperança de conseguir ainda este ano, mas não foi possível. No próximo ano devemos conseguir a verba para fazer o projeto e começar a execução da obra”, informou.

Em relação à unificação do Fisco previdenciário com o fazendário, o delegado informou que o convívio é muito bom. Não existe diferenciação entre auditores-fiscais das duas áreas. O trabalho é feito de forma integrada. Entretanto, para ele, a situação que ainda incomoda é a falta de sistemas disponíveis para operar os parcelamentos, o que às vezes pode gerar lentidão no andamento dos processos.

Seções da DRF/Sete Lagoas

- Seção de Orientação e Análise Tributária - **Saort**
- Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - **Sacat**
- Seção de Tecnologia da Informação - **Satec**
- Seção de Programação e Logística - **Sapol**
- Seção de Fiscalização - **Safis**
- Centro de Atendimento ao Contribuinte - **CAC**
- Grupo de Ação Judicial - **GAJ**

▶ Nossa Gente

A vontade de viver encontra a superação

Sentado à mesa da sala de um apartamento localizado no Coração Eucarístico espero a chegada de Célio Martins do Nascimento, que faz questão de se aprontar antes de surgir com um cativante sorriso e uma integridade física invejável.

Seu Célio é daquelas pessoas que conquistam logo ao primeiro contato. Com jeito humilde e alegria inabalável, aos 77 anos, ainda não descartou a possibilidade de trabalhar mais, a despeito dos problemas que enfrentara ultimamente. Mas sua superação é uma história interessante, um verdadeiro exemplo da força de vontade para viver bem.

Em 2004, enquanto ainda comandava a empresa do ramo de construção elétrica que fundara em 1977, sofreu um AVC. Socorrido rapidamente, chegou a ficar 40 dias no hospital (perdeu todos os movimentos e a memória) e teve lenta recuperação. Foram quatro meses para voltar à condição à qual se encontra atualmente. “Inicialmente nós ficamos muito apreensivos pensando que ele não fosse recuperar, mas ele se recuperou plenamente. Hoje ele tem uma vida tranqüila, independente, é uma pessoa muito dócil”, destaca a filha Maria Áurea do Nascimento, auditora-fiscal e associada da ANFIP-MG.

Seu Célio não apresenta nenhuma seqüela física, apenas cognitiva – se confunde um pouco na hora de se expressar. Mas isso não o atrapalha para desenvolver as inúmeras atividades que ocupam boa parte de seus dias: faz caminhadas, pilates, acupuntura e terapia ocupacional, onde aprendeu



Seu Célio e as filhas, Silma e Áurea

a produzir bonitas cestas de papel, que foram vendidas no Bazar de Natal realizado na DRF/BH em dezembro.

Para Áurea, o apoio da família nesses casos é fundamental. Foi o que o ajudou muito. “O carinho da família é importante para que a pessoa se sinta fortalecida para vencer as dificuldades. Algumas pessoas sucumbem e abrem mão e outras tentam dar a volta por cima, que é o caso dele. Ele nunca desistiu”, comemora. “A gente aprende a lidar com a situação. Os papéis na família mudam. De repente a pessoa que tinha a figura de autoridade deixa de ter e nós nos reinventamos”, completou.

A vontade de viver do Seu Célio é tão intensa que, apesar de saber que não tem mais a possibilidade de trabalhar (“A saúde minha, no local que eu trabalhava eu não vou trabalhar mais não [sic]”), em alguns momentos o desejo supera

esse reconhecimento. Enquanto via fotos da época em que ainda tinha a empresa, Seu Célio, divertidamente, solta que elas são boas para recordar e “para pegar um ‘servicinho’ também!”.

Áurea exalta essa motivação que o pai tem para a vida, de estar sempre bem e de buscar coisas para fazer. Mas ela afirma que é preciso “freá-lo” um pouco, assim como tentavam fazer quando, já no alto dos seus mais de 70 anos, enquanto ainda trabalhava e pouco antes de sofrer o AVC, incentivavam-no a descansar. Foi quando Seu Célio disse: “eu só paro quando

Deus quiser”.

E é essa a sensação que temos quando conversamos com ele: ainda que enfrentemos problemas significativos, a coragem de fazer coisas que trazem satisfação e o ânimo de produzir algo bonito e até mesmo simples superam toda a indolência de uma vida sem desafios, que não valha a pena.

A produção de Seu Célio na Feira de Natal

Os trabalhos de Seu Célio foram sucesso de vendas no Bazar de Natal da DRF/BH. Eles foram expostos pela filha e associada, Maria Áurea do Nascimento, que iniciou a carreira na antiga Previdência, onde

permaneceu por 20 anos. Formada em psicologia e pós-graduada em administração, participou da equipe de transição das Receitas Previdenciária e Fazendária em 2007 e desde fevereiro de 2010 atua na delegacia, na área de compensação de pessoas jurídicas.

Segundo Áurea – que nos recebeu para a reportagem com Seu Célio – a feira foi um sucesso. “Foi a primeira vez que participei. Achei muito boa”.



Áurea expôs as cestas produzidas por seu pai no Bazar de Natal da DRF/BH

▶ É Bom e Recomendo

Aprendendo a fazer um piquenique em Paris

Dos vários aprendizados que trouxe de Paris, fazer piquenique é, sem dúvida, um dos mais interessantes. Conhecido no Brasil de maneira pejorativa, como uma prática de “farofeiros”, me surpreendeu e me encantou, despertando em mim simpatia pela cidade.

A lógica de um piquenique em Paris é muito simples: amigos ou familiares se reúnem para compartilhar uma refeição a céu aberto, em um lugar público e agradável. Não deve existir pressão para ir embora nem chuva ou clima ruim. A regra de ouro do piquenique é não invadir o espaço do vizinho. A maneira como se ocupa o espaço público durante o evento é o seu maior charme: na contramão dos preços altos dos

restaurantes, o piquenique resiste como a experiência que congrega qualquer pessoa no comer junto na cidade.

Não há limite para o número de convidados nem para a imaginação das receitas preparadas. Pode ser que os amigos se telefonem algumas horas antes para saber o que cada um vai levar, mas, na verdade, isso não é necessário. O mais importante é marcar o encontro em um dos vários locais verdes da cidade, acomodar-se em torno da toalha no chão e começar a preparar os pratos.

Nos primeiros piqueniques, eu ainda não ficava muito à vontade com os utensílios e toda a preparação. Parecia muito complicado arrumar tanta coisa ali no chão.

Aos poucos, fui percebendo que os parisienses não têm a menor cerimônia e transformam qualquer gramado em cozinhas ao ar livre. No terceiro ou quarto piquenique, eu passei a levar talheres, pratos e copos de todo dia, ao invés dos descartáveis. As receitas também foram se aproximando de uma refeição cotidiana: ao invés de baguete e queijo, aprendi a preparar saladas, combinar ingredientes e acomodar a louça suja. As bebidas também sofisticaram-se; o vinho solitário do primeiro piquenique se transformou em cerveja, sucos e aperitivos de entrada, vinho para a refeição, água gasosa e chá gelado durante a sobremesa.

O piquenique parisiense pode ser também mais simples e rápido,

durante o horário de almoço ou no final do dia. Se o clima está bom, cada pedacinho verde da cidade é disputado por gente comum, que passa rapidinho no supermercado, pega um sanduíche e um suco, e come junto a céu aberto. Talvez essa maneira rápida de fazer piquenique seja a mais disseminada.

O piquenique é a celebração da solidariedade e da partilha. A conversa espichada em um dia de sol, inspirada pela beleza inegável da cidade, remete aos ideais da fraternidade. No piquenique, não há regras fixas e, ao mesmo tempo, ninguém perturba ninguém, a não ser que já seja a hora de fechar o parque no final do dia.

Lígia Lana

Transferência de processos para SAMF modifica procedimento de recadastramento de aposentados e pensionistas

A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF) está recebendo os processos dos aposentados e pensionistas oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária para implantar o pagamento dos benefícios na folha do Ministério da Fazenda (MF).

Segundo informações da coordenadora-geral de Gestão de Pessoas do MF, Cristina Calvet Guimarães, os processos estão sendo conferidos e, caso não conste neles o recadastramento realizado pela Previdência anteriormente, o aposentado ou pensionista será

informado por carta enviada pelo MF, no mês do seu aniversário, para que atualize seus dados cadastrais.

Para isto, ao receber a carta, o beneficiário deverá comparecer à unidade da SAMF com originais e cópias do CPF, Carteira de Identidade, comprovante de residência, extrato bancário e talão ou folha de cheque em que se comprove a conta pela qual recebe pagamento. O mesmo vale para os aposentados oriundos da Secretaria da Receita Federal.

Aqueles que não receberem

carta deverão fazer o recadastramento da mesma forma em que foi feito nos anos anteriores. Ou seja, os aposentados e pensionistas oriundos da Previdência devem se dirigir ao Recursos Humanos (RH) de sua Gerência no INSS, de posse dos documentos acima mencionados. Já os que se aposentaram pela Secretaria da Receita Federal deverão se recadastrar no RH de sua Gerência Regional de Administração (GRA).

Para aqueles que moram no interior, o Ministério informa que o recadastramento dos aposenta-

dos e pensionistas, cujos processos já foram encaminhados para a SAMF e que ainda não foram recadastrados, deverá ser feito em polos montados pelo menos duas vezes ao ano em locais estrategicamente definidos pela SAMF. Nesse caso, o beneficiário receberá carta quando da realização do polo. Para aqueles que têm dificuldade de locomoção os familiares devem informar o Setor de Recadastramento da SAMF e comprovar a impossibilidade de locomoção, para realização do recadastramento por visita domiciliar. (*)

AGU propõe conversão de licença-prêmio em pecúnia

Após a proposta de súmula enviada pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que permite fazer a conversão de licenças-prêmio não gozadas nem contadas em dobro para a aposentadoria em pecúnia, existe a expectativa de que o MPOG faça a conversão

rapidamente. Por isso, os servidores aposentados do Executivo que se enquadram nessas condições devem ficar atentos às providências que deverão tomar.

A ANFIP-MG recomenda aos auditores-fiscais nessa situação que apresentem requerimentos administrativos à Gerência Executiva de sua lotação e guar-

dem o número de protocolo como garantia para quando os pagamentos começarem a ser feitos.

A iniciativa da AGU partiu dos inúmeros processos judiciais referentes ao assunto e das decisões de outros órgãos favoráveis aos aposentados, como a Câmara dos Deputados, que a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU)

estabeleceu o pagamento aos aposentados daquele órgão.

Levando em consideração o direito adquirido, sob o amparo da Lei nº 9.527, que não proíbe o pagamento de indenização pecuniária àqueles que não usufruíram do benefício, Tribunais têm entendimento favorável à medida. (*)

Parecer da CGU/AGU proíbe pensão a menor sob guarda

O parecer nº 047/2010 da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União (CGU/AGU), de 2 de junho de 2010, estabeleceu que não é mais permitida a concessão de pensão a menor sob guarda de servidor falecido a partir de 2003.

Solicitada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em relação à instituição de pensão a menores

sob guarda dos servidores do Ministério Público da União (MPU), a manifestação da AGU menciona entendimentos divergentes de órgãos como o Ministério do Planejamento e a Consultoria Jurídica da Previdência em relação ao tema e conclui que o benefício de pensão por morte a menor sob guarda, previsto no art. 217, inciso II, alínea b, da Lei nº 8.112, foi revogado pelos termos do art. 5º da Lei 9.717/98.

De acordo com o artigo, os regi-

mes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de que trata a Lei nº 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

O RGPS estabelece que são beneficiários na condição de de-

pendentes apenas cônjuges, companheiro ou companheira, filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos, enteados e menores tutelados – que são equiparados a filhos, desde que seja comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento e mediante declaração do segurado –, pais e irmãos não emancipados. (*)

(*) Com informações do IDAAP/Sindicato Nacional



► Aniversariantes - Fevereiro de 2011

Rizza Porto Guimarães	01
Iris de Lima Costa	01
Gabriel da Silva Neto	02
Adriana Gonçalves Alkmin Rocha	02
Silvio Jose da Luz Mota Moura	03
Maria Jose do Nascimento	03
Mário Sá e Silva	03
Olavo Alves Costa	04
William Fernandes Mussi	04
Ida Ignez Massa Fossati	06
Beatriz Dambolena Vaz de Melo	07

Rojane Chaves Padilha da Costa	08
Iralva Maria da Silva Setin	08
Miguel Barreto Rocha	09
Paulo César Santos Coelho	10
Vera Lúcia Ribeiro Dias	10
Hélio Moraes	10
Maria Lúcia Souza Corrêa	11
Elizabeth Mary Moreira Mazetti Limp	11
Ione Guimuzzi da Silva	12
Antonio Correa Porto	12
Terezinha Mariza Moreira Marinho	14
Euler de Figueiredo Santos	14
Joaquim Orador da Rocha	15
Zélia Rodrigues da Nóbrega	16
Marcelo Marques Alves	16
Dirce Cavalcanti de Abreu	16
Sebastião Onofre Faria	16
Elaine de Fátima Arantes Corrêa	16

João de Deus Rocha	16
Regina Célia Batista Cordeiro	16
Norma Barroso Fernandes	17
Lizst de Miranda Alvarenga	17
Flavio Tamietti	17
Carlos Henrique Ferreira Rezende	18
Ana Maria Castanha Faria	19
Olga Ferreira Soares	19
Reinaldo Aguilar Peixoto	19
Zoé Mendonça Jorge	19
Heloísa Vieira Andrade Pires	19
Aída de Lourdes da Silva Fernandes	20
Vanda Lucia Costa Ribeiro	20
Maria Teresa Teixeira de Lara	20
Maria Áurea de Castro Coelho	21
Aida Miranda Machado	21
Edy Alves	21
Elcio Beltrão de Araújo	22

Antônio da Silva	22
Maria de Lourdes Faria Machado	22
Maria Marilene Noronha Dias	22
Nilton Ganda Pinto	23
Sérgio Aurélio Vellozo Diniz	24
Rafael Augusto Nascimento Júnior	25
Maria do Carmo Lacerda	25
Márcia do Nascimento	26
Maria Aparecida Sobreira de Souza Lima	26
Jair Lara	27
Ines Rodrigues Calil Daher	27
Nelly Lucas da Costa	27
Lâmia Geórgia Lasmar Antônio	28
Lúcia Amélia Prates	28
Maurita de Oliveira	28
Rosemary Duretti	28
Walter Santos	28
Mário Toshio Kon	28

Confira registro das festas de Natal da ANFIP-MG no interior e da DS/BH



Divinópolis



Uberlândia



DS/BH



Juiz de Fora